



Acta Comportamentalia: Revista Latina de  
Análisis de Comportamiento  
ISSN: 0188-8145  
eribes@uv.mx  
Universidad Veracruzana  
México

Endemann, Peter; Zagury Tourinho, Emmanuel  
Linguagem e Conhecimento em B. F. Skinner e J. L. Austin  
Acta Comportamentalia: Revista Latina de Análisis de Comportamiento, vol. 16, núm. 1, abril, 2008,  
pp. 117-137  
Universidad Veracruzana  
Veracruz, México

Disponível em: <http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=274520188007>

- Como citar este artigo
- Número completo
- Mais artigos
- Home da revista no Redalyc

## Linguagem e Conhecimento em B. F. Skinner e J. L. Austin\*

*(Language and knowledge in B. F. Skinner and J. L. Austin)*

**Peter Endemann e Emmanuel Zagury Tourinho**

Universidade Federal do Pará

O presente artigo dá continuidade a uma análise das proposições de B. F. Skinner e J. L. Austin acerca da linguagem (cf. Endemann & Tourinho, no prelo), aqui enfatizando as conexões de suas abordagens pragmático-funcionais com a questão do conhecimento humano. Como no trabalho anterior, o artigo assume como contexto para o exame da questão o movimento na filosofia designado como virada lingüística, uma vez que essa vem a ser uma referência importante para o contraste entre visões representacionais e anti-representacionais da linguagem e do conhecimento.

De modo geral, no que diz respeito aos problemas do conhecimento e de sua relação com a linguagem, a história do pensamento filosófico e científico tem sido abordada tendo-se como referência momentos específicos. Estes momentos ou períodos, por vezes chamados de *Zeitgeisten*, são definidos por características bastante peculiares, sobre um dado tema, conservadas na elaboração de diversos autores. Quando esses períodos são definidos a partir de outros temas ou outras características de um mesmo tema, são definidos de maneira distinta. Por exemplo, quando se trata de uma divisão, demasiado ampla, encontrada na oposição entre representacionistas e anti-representacionistas, as características principais que definem os primeiros são o entendimento da linguagem como um sistema de representação e ainda, um sistema capaz de refletir e esclarecer propriedades essenciais da realidade em oposição a uma linguagem entendida como diferenciados modos de o homem agir no mundo, característica marcante do anti-representacionismo. Porém, quando se trata do afastamento

\*A elaboração deste trabalho foi apoiada pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico, CNPq (Programa PIBIC/UFPA e Processos 305743/2004-0 e 470802/2004-9).

E-mail: peterendemann@hotmail.com e tourinho@amazon.com.br.

Endereço: Rua dos Tamoios, 1362. Bairro do Jurunas. Belém-Pará. CEP-660025-540. E-mail:peterendemann@hotmail.com

de uma concepção metafísica do sujeito, ou da consciência como um foco privilegiado das elaborações filosóficas e uma ênfase maior nos estudos da linguagem (o que vai sustentar a emergência da filosofia da linguagem, de uma ciência da linguagem etc.), posição também adotada pelos anti-representacionistas, essa ruptura ocorre mesmo no seio do representacionismo.

O movimento ou paradigma referido, por diversos autores, como virada lingüística (*The linguistic turn*), iniciado na segunda metade do século XIX, marca, a princípio, o afastamento das questões referentes à consciência, ou de qualquer noção que conduzisse o filósofo a um psicologismo ou a entidades mentais *a priori*, em favor de uma análise lógica da linguagem, ou mesmo, de uma análise lógico-lingüística da realidade. Estas análises não se dão mais de modo especular como na concepção metafísica do sujeito, em que este poderia conhecer e refletir o mundo fora de si a partir de algo que era seu (como um espelho). No lugar disso, a representação é pensada a partir do refinamento lógico de enunciados, ou seja, através de uma linguagem que realiza os objetivos científicos de compreensão de propriedades da realidade.

A partir dos interesses e elaborações de autores da virada lingüística, a noção de linguagem (e linguagem científica) foi assumindo contornos diferenciados. Note-se que, mesmo com a ênfase nos estudos da linguagem, ainda estamos no âmbito do representacionismo, isto é, operando com uma concepção de linguagem enquanto sistema de representação, o que, de certo modo, ainda a deixa estacionada em uma posição secundária frente à construção do mundo que ela representa ou deveria representar.

Se forem tomadas a metáfora do espelho e sua capacidade refletora e ainda admitirmos que houve alguma transição importante na compreensão do conhecimento após a virada lingüística, pode-se dizer que o espelho não se encontra mais em algo do ou no sujeito, mas na linguagem ‘usada’<sup>1</sup> por esse sujeito para representar a realidade. Em outras palavras, a virada lingüística, que ocorre no âmbito do representacionismo e traduz o início da filosofia analítica, transfere o foco de análise de propriedades metafísicas e transcendentais que eram do sujeito para propriedades formais e lógico-semânticas da linguagem com o intuito de representar, de modo verdadeiro, a realidade das coisas (incluindo o próprio sujeito).

Com a virada lingüística surge, entre outras escolas, a filosofia analítica com autores como Gotlob Frege (1848-1925), Bertrand Russell (1889-1951). O surgimento

<sup>1</sup>É importante não confundir o termo ‘usada’ com a noção da ‘linguagem em uso’ (noção que apenas aparece nas elaborações filosóficas com o anti-representacionismo), pois esta última endereça nossa atenção para seu uso ordinário, ou seja, para a linguagem tal qual é comumente usada pelos diversos falantes de uma cultura, e aquela, para elaborações regidas por regras lógicas estritas e formais, ou seja, para uma linguagem ideal, perfeita e sem ruídos, capaz de prover uma verdade universal e necessária a partir da correspondência formal com a realidade representada.

e primeira fase da filosofia analítica (a segunda será tratada adiante) tem suas origens em tradições representacionais do pensamento filosófico e é caracterizada “por ter como idéia básica a concepção de que a filosofia deve realizar-se pela análise da linguagem. Sua questão central seria então , pelo menos em um primeiro momento, ‘como uma proposição tem significado?’”(Souza Filho, 2004, p. 12). Ou seja, de modo geral, o que marca o primeiro momento da filosofia analítica é a questão das condições sob as quais a linguagem representa a realidade. Nesta questão observa-se a intenção de construir um sistema lingüístico ideal, sem ambigüidades que desse conta de tarefas como representar a realidade, resolver problemas filosóficos gerados pelas linguagens nomeadamente instituídas por uma dada cultura, fundamentar possibilidades e validações de uma ciência positivista etc.

A crítica dirigida a esse conjunto emplo de proposições é denominada de anti-representacionismo. O anti-representacionismo tem sua origem na obra Investigações Filosóficas, de 1953(do original alemão *Philosophische Untersuchungen*), de Wittgenstein (1953/1988). Nela, o autor apresenta uma concepção de linguagem que focaliza não mais a lógica dos enunciados, mas seu uso ordinário e as condições desse uso. Isso provoca uma reviravolta na acepção de conceitos e princípios relacionados ao problema do conhecer e de sua relação com a linguagem.

Essa reviravolta é chamada de *Virada lingüístico-pragmática* (cf. Araújo, 2004). A virada lingüístico-pragmática leva ao extremo a crítica ao idealismo iniciada pela virada lingüística, mas fundamentalmente introduz um modo bastante peculiar de tratar os problemas filosóficos, históricos e conceituais. Porém, a distinção entre essas duas tradições não deve ser avaliada em termos absolutos, mas por meio de um posicionamento diferenciado frente a diversas questões, mais especificamente, a partir de como são arranjados, por força de uma dada comunidade, os diversos aspectos (práticas) que constituem uma determinada visão de mundo e um modo específico de relacionar-se os fenômenos diferenciados/(re)configurados por essa visão. Problemas como a natureza do conhecer, da possibilidade e validação deste conhecer, a questão da verdade, do significado e da referência, a relação sujeito e objeto do conhecimento etc., são agora configurados a partir de uma ótica anti-representacionista. Esta configuração ganha contornos no contexto de análises específicas tanto filosóficas, sobretudo, a filosofia analítica (já definida como filosofia da linguagem ordinária) de Wittgenstein, J.L.Austin (1912-1960)e de outros (cf. Ottoni, 1998, 2002; Hacker, 1999; Souza Filho, 1992, 2004) quanto psicológicas, como o behaviorismo radical de B.F. Skinner (1904-1990)(cf. Lampreia, 1992; Miles, 1994; Tourinho 1994; Roche & Barnes-Holmes, 2003).

Os autores focalizados no presente artigo, B. F. Skinner e J. L. Austin, serão discutidos tendo-se como referência questões trazidas ao debate pela virada lingüístico-

pragmática. Tentar-se-á examinar, a partir da noção de linguagem elaborada por estes autores, de que forma ambos compartilham concepções, próprias do anti-representacionismo e se distanciam de diferentes modos do representacionismo (clássico e/ou lingüístico). Serão analisados especialmente as relações entre linguagem e conhecimento e entre sujeito e objeto do conhecimento e o *status* dos enunciados científicos a partir da relação/oposição entre o *conhecer* e *ter a crença de algo*.

O artigo toma como ponto de partida uma discussão anterior das concepções de linguagem em Skinner e Austin (e.g. Endemann & Tourinho, no prelo), assim como trabalhos que apontam similaridades entre Wittgenstein e Skinner (e.g. Baptista, 2001; Lampreia, 1992; Tourinho, 1994, 2003; Day, 1969) e entre Wittgenstein e Austin (e.g. Ottoni, 1998, 2002; Souza filho, 1992, 2004).

## A LINGUAGEM

Na obra *Tractatus logico-philosophicus*, (Wittgenstein, 1921/1987), publicada em 1921, Wittgenstein desenvolve uma análise figurativa (representacional) da linguagem que mais tarde abandona (daí falar-se em um “segundo” Wittgenstein) com a publicação da obra *Investigações Filosóficas* (Wittgenstein, 1953/1988). Com o livro *Investigações*, Wittgenstein dá início à virada lingüístico-pragmática e, com isso, a uma longa tradição anti-representacionista. O Wittgenstein das *Investigações*, ao produzir uma ruptura com o representacionismo, sistematiza em sua obra um modo de tratar a linguagem que constitui a análise da linguagem ordinária.

A análise da linguagem, a partir desse novo ponto de vista, não deve se circunscrever a propriedades formais, semânticas etc., nem a um sujeito, nem a uma “função” específica, como a de “representar”, mas deve voltar-se à interação entre diferentes sujeitos em determinados contextos, em que assume diversas funções. Essa pluralização das funções da linguagem é encontrada, em Wittgenstein (1953/1988), no conceito de ‘jogos de linguagem’ e nas várias possibilidades de significação no interior desses ‘jogos’ (práticas lingüísticas). Essa significação é determinada, não apenas por propriedades lingüístico-formais, nem por uma suposta realidade a ser representada, mas, sobretudo, por um conjunto de pressupostos e regras que atuam sobre os jogos em um dado contexto lingüístico.

Uma visão de linguagem que a conceba como um sistema de representação, como representando objetos empíricos, estados de coisas, ou ainda entidades abstratas, circunscreve suas análises a uma relação restrita entre as palavras e tais referências e, com isso, entende estas últimas como determinantes daquelas. Enquanto sistema de representação, caberia à linguagem apenas esta função, ou seja, a de representar

(função figurativa, comunicativa), de modo verdadeiro ou não, a realidade. Já de uma perspectiva anti-representacional, como é o caso de uma concepção de linguagem enquanto forma de ação, “o que pode haver, quando há ‘representação’, é um número, em certo sentido, ilimitado de representações possíveis com relação à realidade” (Lampreia, 1992, p. 273). Tanto o “representar” torna-se uma entre tantas outras possibilidades de relação do homem com o mundo, como “aquilo que é representado” não é nunca algo próximo de uma essência, mas apenas uma entre tantas outras configurações possíveis desta realidade.

Segundo Ottoni (1998), “não podemos nos esquecer de que a questão do uso da linguagem foi amplamente discutida por Ludwig Wittgenstein ... o que contribuiu para fortalecer posteriormente algumas das discussões propostas por Austin; o empreendimento de Austin, *entretanto*, foi uma atitude única e original” (p. 22, itálico acrescentado). Ottoni aponta essa originalidade em Austin, nos conceitos elaborados de maneira definitiva para a construção de uma metodologia filosófica dos estudos da linguagem ordinária com o intuito de elucidar aquilo que se *faz ao/por dizer alguma coisa*.

Austin (1946/1980) começa a elaborar tais conceitos (alguns serão apresentados ao longo desta seção) a partir da suposição de que, por vezes, não estamos declarando ou descrevendo propriedades do mundo, mas realizando, em situações apropriadas, uma determinada ação. Por exemplo, ao dizer sim em uma cerimônia de casamento não se estaria descrevendo ou relatando nada sobre o mundo, mas realizando uma ação, a de casar. Isto ainda mantém uma oposição que será posteriormente abandonada por ele: a oposição performativo-constatativo. Os constatativos seriam todas as declarações, ou afirmações sobre o mundo, estando no âmbito das representações, e por isso submetidos a uma avaliação do tipo verdadeiro ou falso; os performativos seriam as diversas realizações possíveis de atos lingüísticos e por isso não poderiam ser verdadeiros ou falsos, mas felizes ou infelizes, ou seja, realizados ou não em sua totalidade.

A oposição entre constatativos e performativos, pode ser observada, em termos austinianos, do seguinte modo. Dizer *eu aposto* em condições apropriadas seria, dependendo também das consequências (um entre outros critérios de felicidade), a realização de um ato, o de apostar; e dizer *ele aposta*, não seria tal realização, mas uma realização de outro tipo, uma afirmação sobre o mundo, uma declaração, e por isso verdadeira ou falsa. Porém, com o abandono desta oposição no artigo *Performatif-constatatif* (Austin, 1958/1998) e no livro *How to do things with words* (Austin, 1962/1990), tanto dizer *eu aposto* naquelas condições apropriadas ou em outras, como por exemplo no relato de um hábito, como dizer *ele aposta*, conservam algo para além dos aspectos formais, qual seja, a realização de um *ato de fala*. É nessa realização

que se impõe uma análise da linguagem ordinária. É o lugar da performatividade e segundo Ottoni (1998), o “lugar das reflexões de uma visão performativa da linguagem” (p. 32).

Segundo Tourinho (1994), “tal como Wittgenstein, Skinner opõe-se a qualquer tentativa de abordar o problema da linguagem enquanto sistema de representação” (p. 158). Skinner (1957/1992) trata o problema da linguagem humana, coerentemente com todo seu programa behaviorista, enquanto modos diferenciados de o homem agir, ou seja, relacionar-se no mundo e ser modificado pelas consequências de suas ações. Um trecho de Skinner (1957/1992) que pode elucidar seu posicionamento diante destes problemas é o seguinte:

*Nossa primeira responsabilidade é a simples descrição: qual a topografia desta divisão do comportamento humano? Uma vez respondida essa questão, pelo menos de forma preliminar, podemos avançar para o estágio da explicação: que condições são relevantes para a ocorrência do comportamento – quais são as variáveis das quais ele é função? Uma vez identificados tais fatores, podemos explicar as características dinâmicas do comportamento verbal dentro de um quadro apropriado ao comportamento humano como um todo (Skinner, 1957/1992, p. 10).*

Tourinho (2006) ao discutir algumas implicações de uma abordagem relacional para a definição das fronteiras da psicologia, defende como unidade de análise desta, o comportamento entendido como relações comportamentais, relações funcionais entre o organismo como um todo e o ambiente circundante. Este autor chama atenção para o caráter fluido destas relações comportamentais.

A fluidez é encontrada a partir do momento em que o analista do comportamento entende a relação funcional como uma relação entre *classes* de estímulos e classes de respostas. São propriedades semelhantes encontradas nas condições e nos efeitos desta relação que definem as características que servem de alicerce para compor uma classe funcional de respostas.

Deste modo, ações com a mesma topografia podem assumir diversas funções (compondo classes diferentes de respostas), assim como ações topograficamente diferentes podem ter uma mesma função e por isso, compor uma mesma classe de respostas. Sobre estas questões, Austin (1962/1990) argumenta que o significado das palavras e dos atos em que palavras são proferidas devem ser analisados a partir de todo um conjunto de convenções, práticas, circunstâncias e efeitos.

A partir de uma análise deste tipo ocorre uma redefinição das condições sob as

quais se atribui significado aos enunciados, condições agora formuladas em termos instrumentais, ou de “força” na terminologia de Austin. Essa força é expressa, em Austin (1962/1990), no conceito de força ilocucionária e concentra a análise de todo o conjunto de práticas e convenções que atua e se atualiza nas condições a tornar possível uma determinada ação.

É apenas deste modo que uma dada ação pode ter o significado de uma ordem ou pedido etc. ou mais especificamente, a força de um pedido ou ordem etc. É deste modo também que este conceito mantém relação com a noção anti-representacionista de significado elaborada por Wittgenstein.

Essa noção anti-representacionista do significado também é, claramente, encontrada em Skinner (1957/1992), na obra *O comportamento verbal*, de 1957. Em suas próprias palavras,

*...podemos ver significado ou objetivo no comportamento e, portanto, não podemos omitir tal significado de nossa explicação. Mas o significado não é propriedade do comportamento enquanto tal, mas das condições sob as quais o comportamento ocorre. Tecnicamente, os significados devem ser buscados entre as variáveis independentes numa explicação funcional e não como propriedades da variável dependente (Skinner, 1957/1992, p.14).*

Para alguns autores (cf. Abib, 1994; Baptista, 2001; Endemann & Tourinho, no prelo; Lampreia, 1992; Skinner, 1957/1992; Tourinho, 1994), só é possível, então, falar de significado de respostas verbais se com isso o pesquisador estiver remetendo sua análise à investigação dos determinantes de tais respostas (ou conjunto de respostas, classe), ou seja, dos determinantes históricos; e dos que as mantêm operando no contexto das diversas práticas de uma comunidade verbal, ou seja, também determinantes históricos que se atualizam em um determinado ponto de todo o contínuo processo de modificação/manutenção dessas respostas. Entre esses determinantes, podem-se identificar tanto aquelas condições que pressupõem as possibilidades das realizações lingüísticas, como os efeitos de tais realizações e, ainda, como esses efeitos atuam ou atuarão em determinadas situações.

Em termos comportamentais, a análise do significado deve voltar-se para as contingências de reforçamento. Emitir uma resposta verbal não se restringe a uma tentativa de representar o mundo, mas constitui diferentes possibilidades de operar sobre o ambiente e com isso modificar-se a partir de suas consequências. Consequências que, no caso de um comportamento verbal, são dispostas na interação com um ouvinte. Isso sugere, entre outras coisas, que o ouvinte precisa compreender o significado do comportamento do falante, ou seja, que este ouvinte esteja sensível,

por sua história ambiental, a responder de modo apropriado ao comportamento do falante, seja de acordo com ele, seja questionando-o, investigando-o, esclarecendo-o etc.

Austin (1962/1990) argumenta que “o efeito equivale a tornar compreensível o significado e a força da locução. Assim, a realização de um ato ilocucionário<sup>2</sup> envolve *assegurar sua apreensão*” (p. 100, itálico do autor). Assegurar sua apreensão (*uptake*) significa que, em um contexto lingüístico, algo precisa ser assegurado na relação entre os interlocutores. A dependência de um ato de fala a seus efeitos prevê que outras ações precisam ocorrer de modo ‘apropriado’, e que tais ações sejam a indicação, enquanto expressão dos efeitos, de que o ato foi realizado em sua totalidade.

De modo geral, algumas semelhanças entre Skinner e Austin podem ser encontradas no fato de que a partir do conjunto de enunciados elaborados em uma visão performativa da linguagem e em uma análise comportamental dos fenômenos lingüísticos, as práticas lingüísticas podem ser analisadas através, não de aspectos formais ou representacionais da linguagem, mas das condições segundo as quais aquelas práticas se dão, das regras articuladas a essas condições, de seus efeitos e consequências. De modo que isto propicia um posicionamento anti-representacionista diante do diversos fenômenos analisados e atrelados à questão da linguagem.

## O CONHECER

Segundo Ottoni (1998), o artigo *Outras Mentes* (*Other Minds* – Austin 1946/1980) “publicado em *Proceeding of the Aristotelian Society*, em 1946, propõe a ‘gênese’ da performatividade” (p. 28). Nesse artigo, Austin discute, a partir da exposição de várias perguntas, a possibilidade de se saber, acreditar ou ter certeza sobre algo. Essa possibilidade é questionada no sentido de que devem ser avaliadas as condições em que esse saber, crença ou certeza revelam-se enquanto tais. Perguntas do tipo “como você sabe?” e “por que você acredita?” são atribuídas, no texto de Austin, a duas dimensões diferentes, porém complementares, quais sejam, à história das relações e a uma oportunidade ‘atual’ de relação. Essas dimensões são descritas como jogo de perguntas e repostas.

<sup>2</sup>A realização do ato total de fala envolve a realização de três atos concomitantes: o ato locucionário, o ilocucionário e o perlocucionário. Mesmo sendo apenas uma divisão didática, Austin assim procede com o intuito de chamar atenção para certas especificidades nas condições que determinam o ato como um todo. Desta forma, a totalidade envolve tanto as propriedades e regras estritamente lingüísticas que configuram os atos locucionários, as situações e convenções que determinam/possibilitam a realização de um ato, como por exemplo o de apostar, pedir, ordenar etc., chamado de ato ilocucionário, como também os diversos efeitos (ilocucionários e perlocucionários) que permitem a definição destes atos e das condições em que estes serão felizes ou infelizes, ou seja, serão realizados em sua totalidade ou não. Isto dependerá também de sua conformidade àquelas convenções e práticas de uma comunidade. Em Austin (1962/1990), essas convenções estão categorizadas em um conjunto de regras chamado doutrina das infelicidades (cf. Endemann & Tourinho, no prelo).

Esse jogo é apresentado da seguinte forma por Austin (1946/1980): “supondo que eu tenha dito: ‘Há uma garça no jardim’, e você pergunte ‘como você sabe?’ minha resposta pode tomar as mais diversas formas” (p. 89). Podem ser fornecidas respostas como “eu fui criado nos pantanais”, ou “alguém me contou”, ou ainda, “por seu grito”. Com a pergunta “como você sabe?” o interlocutor pode estar colocando, segundo Austin, as seguintes questões:

1. *Como cheguei a estar em condições de saber a respeito das garças?*
2. *Como cheguei a estar em condições de dizer que há uma garça aqui e agora?*
3. *Como identifico (posso identificar) garças?*
4. *Como identifico (posso identificar) esta coisa presente aqui e agora como uma garça? (Austin, 1946/1980, p. 89).*

Algumas das questões apresentadas (especificamente 1 e 3) dizem respeito, segundo Austin (1946/1980), “a nossas experiências passadas, nossas oportunidades e nossas atividades empregadas no aprendizado da discriminação ou discernimento, e, ligado a ambas a correção, ou seu contrário, dos hábitos lingüísticos adquiridos” (p. 90). O conhecimento que teremos das coisas dependerá destas experiências, ou seja, se conhecemos mais isto do que aquilo, ou intimamente alguém ou algum objeto significa que tivemos diferenciadas relações com estas coisas que nos permitem em uma oportunidade atual diferenciá-las de outras e sermos capazes de “reconhecê-las, descrevê-las, reproduzi-las, desenhá-las, aplicá-las e assim por diante” (p. 90).

Outras questões (2 e 4) dizem respeito a essas oportunidades presentes nas quais aquela história se impõe e as configura enquanto algo conhecido, ou mesmo, enquanto algo apreendido. É neste sentido que Ottoni (1998) atribui a esse artigo a ‘gênese’ da performatividade. O conhecimento neste contexto de análise seria estar sensível, por força de uma história de relações, para que, em determinadas condições, fosse possível a apreensão (*uptake*) de algo.

Austin (1946/1980), ao discutir a relação entre as palavras e o conhecer, aponta para duas direções. A primeira, para o nomear enquanto uma dimensão importante do conhecer. E a segunda, para o fato de que aquilo que é apreendido nem sempre pode ser nomeado e mesmo quando nomeado, sempre será possível configurá-lo de um ou outro modo sem que com isso seja possível encerrá-lo em uma definição única, em um significado único.

O nomear (ou até mesmo o descrever) envolve, entre outras coisas, uma compreensão verbal diferenciada de suas próprias ações, das de outros, ou dos diversos objetos e relações. Segundo Austin (1946/1980), “nomear erradamente não é uma

questão trivial ou divertida. Se assim procedo, eu deverei confundir os outros, e deverei entender erroneamente as informações que recebo dos outros" (p. 92).

No que se refere à questão do nomear, Skinner (1957/1992) oferece uma abordagem semelhante à de Austin. Segundo ele, "antes que a 'nomeação' aconteça, as únicas *respostas* disponíveis são os nomes comuns e os adjetivos evocados pela miscelânea de propriedades que os novos *objetos* possuem em comum com os *objetos* anteriores" (Skinner, 1957/1992, p. 103, itálico acrescentado). Skinner ainda ressalta que nomear ou descrever objetos, relações etc. pode "identificá-los" em umas situações (ou seja, ter algum efeito apropriado expresso pela compreensão do ouvinte), mas não em outras.

A segunda direção é apontada por Austin (1946/1980) ao argumentar que "aquilo que vemos, ou percebemos de algum outro modo, não é necessariamente *descritível em palavras*, ainda menos descritível em detalhes e em palavras não comprometidas e por quem quer que seja" (Austin, 1946/1980, p. 92, itálico do autor). Ou seja, é possível conhecer ou reconhecer diferentemente determinadas relações sem que com isso sejamos capazes de dizer ou explicar como o fazemos. Aquilo que é conhecido ou apreendido não necessariamente pode ser posto em palavras.

Skinner (eg., 1969) também discute a distinção entre um conhecimento não verbal e um conhecimento verbal. No conhecimento não verbal, tem-se o responder (não verbal) efetivo a propriedades de ambiente, mesmo que o indivíduo não seja capaz de descrevê-lo. No conhecimento verbal, o responder efetivo é verbal, porém não necessariamente descritivo de propriedades de um ambiente presente ou passado.

Skinner (1957/1992; 1969; 1974/1993) discute a noção de comportamento verbal, relacionando-a com a noção de conhecer, a partir de três aspectos interdependentes, as práticas de uma comunidade verbal, o comportar-se verbalmente e o comportamento sob controle de estímulos verbais.

Segundo Tourinho (1994), as práticas de uma comunidade verbal são "responsáveis pelas relações que se estabelecem entre estímulos ambientais e respostas verbais" (p. 169). Estas práticas fazem referência àquele conjunto de regras e convenções. Isto envolve, segundo Wittgenstein (1953/1988), toda a rede de significações articulada às necessidades e interesses de uma cultura. A arbitrariedade no papel destas convenções é determinante para se discutir a relação linguagem e realidade. "Além de estas convenções serem instituídas, enquanto parte de um processo de práticas e necessidades de uma dada comunidade, elas também determinam a relação entre linguagem e realidade que as constituem" (Endemann & Tourinho, no prelo).

"Comportamento é ação, ou pelo menos regras para a ação" (Skinner, 1974/1993, p. 154). Com essa afirmação Skinner já assinala os dois outros aspectos de seu tratamento para a linguagem. O comportamento verbal entendido enquanto ação, o

que solidifica a crítica skinneriana ao representacionismo e traduz um modo de relação com o mundo circunscrito pela mediação de outras pessoas e o comportamento (verbal ou não verbal) sob controle de estímulos verbais. A partir deste último são abordadas a noção de regras e a relação entre os enunciados científicos e o objeto do conhecimento (cf. Skinner, 1969, 1974/1993, 1957/1992; Tourinho, 1994).

De um modo geral, conhecer, em Skinner (1974/1993), é comportamento, é comportar-se discriminativamente diante de estímulos que participam de contingências de reforço. Desta forma, conhecer ‘é ação, ou pelo menos regras para a ação’. Um modo de relação diferenciado do organismo como um todo e o ambiente com o qual ele interage. Esta noção é submetida, desta forma, aos mesmos princípios de variabilidade, aquisição, fluidez e evanescência que qualquer outra relação comportamental.

Assim, o conhecer é tratado por Skinner (1957/1992; 1974/1993) como um responder diferenciado a certos aspectos da realidade, uma possibilidade de emissão de comportamentos mais efetivos (que operem) frente a esses aspectos. No que se refere ao comportamento verbal, Tourinho (1994) afirma que

*...tal como no caso de respostas não verbais, o comportamento verbal pode expressar conhecimento simplesmente no sentido de que respostas verbais particulares ocorrem em situações particulares promovendo determinada interação do indivíduo com o ambiente circundante (p. 164).*

Em suma, tanto em Skinner como em Austin (eg., 1946/1980) a noção de conhecer está circunscrita à interação. Em Austin, aquele jogo de perguntas e respostas já demonstra uma outra forma de se indagar pela possibilidade de se conhecer algo. Não se atribui essa possibilidade ao alcance de uma verdade revelada a partir de uma análise, seja de propriedades empíricas, racionais, a priori ou mesmo lógico-lingüística da linguagem, mas a um jogo, a uma interação em que perguntas e respostas possibilitam a busca e o esclarecimento das condições em que algo é conhecido, ou como o próprio Austin se refere, das razões do conhecimento.

A realidade é conhecida a partir de diferentes modos de interação. Esta interação é determinada, de modo geral, por redes de significação (o que inclui toda a mitologia e conjunto de regras e crenças de uma cultura), ou seja, por todo o processo histórico que estabelece e mantém as convenções sob a forma de contingências ligadas às necessidades, interesses, práticas, propósitos etc. de uma comunidade. Desta forma, a interação é determinada pelas formas em que estas redes atuam em um dado contexto e pelos efeitos desta atuação, isto é, do próprio ato de conhecer.

## A RELAÇÃO SUJEITO E OBJETO DO CONHECIMENTO

Esta seção objetiva abordar a relação entre sujeito e objeto do conhecimento a partir das críticas formuladas por Skinner e Austin a duas proposições clássicas do pensamento representacionista: a teoria da cópia e a relação de referência entre conhecimento e realidade. A posição dos autores sobre essas duas questões revela, ainda, sua concepção acerca da relação entre linguagem e realidade.

A teoria da cópia ou dos dados dos sentidos afirma, em termos representacionistas, que no processo de aprendizagem o indivíduo introduz e armazena cópias do mundo em sua mente e as recupera em outras ocasiões. Esse modelo está baseado no suposto de que o indivíduo é exposto ao mundo com o qual interage de forma passiva. O indivíduo absorve e representa o mundo (relaciona-se com ele) por meio da construção de cópias mentais. É nesse sentido, também, que a linguagem encontra-se em uma posição secundária frente à realidade, pois ela não participaria daquela primeira representação (ou figuração). A linguagem apenas atuaria nas relações subsequentes com o intuito de representar aquilo que foi introduzido pelo sentido, seja a realidade, no que toca aos filósofos em sua busca por uma verdade além do lingüístico, seja o cotidiano do homem comum, no relato de suas experiências.

A teoria da cópia defende que nos relacionamos com o mundo sempre através dos dados dos sentidos. A teoria da cópia afirma que “nunca percebemos ou sentimos diretamente objetos materiais (ou coisas materiais), mas somente dados dos sentidos (ou nossas próprias idéias, impressões, sensa, percepções sensíveis, perceptos, etc.)” (Austin, 1962/2004, p. 2, itálico do autor). Segundo Austin (1962/2004), a maioria dos filósofos representacionistas daria por bem fundada a crença na existência de coisas materiais. Por exemplo, que isto que está diante de mim é um papel, mas duvidam que podemos percebê-lo diretamente. A partir da teoria da cópia, aquilo que percebemos diretamente é sempre um objeto de um tipo diferente, é sempre um dado do sentido. O que aparentemente incomoda Austin nesse tipo de proposição é o fato de ela lidar com os termos direto e indireto, pois segundo ele (1962/2004), assim como Skinner (1974/1993), isso só faria certo sentido no que se refere à visão. Segundo Austin,

*...a noção de percepção indireta não está à vontade a não ser no sentido da visão. No caso dos outros sentidos não existe nada de análogo à ‘linha de visão’. O sentido mais natural da expressão ‘ouvir indiretamente’ é o de algo nos ser dito por um intermediário – o que é coisa simplesmente diferente ... só por esta razão parece existir algo de muito errado na pergunta ‘percebemos ou não as coisas diretamente?’ pois nela, evidentemente, está implícito que o perceber se aplica a qualquer sentido (Austin, 1962/2004, p. 18).*

Grosso modo, Austin (1962/2004) trata esta questão nos seguintes termos: não há uma ou duas espécies de coisas (dados dos sentidos versus mundo material) que percebemos, mas “aquilo que ‘percebemos’ pode ser descrito, identificado, classificado, caracterizado e nomeado de muitas maneiras diferentes” (p. 104).

Austin (1946/1980) argumenta que a afirmação “vi uma garça” deveria consistir em um reconhecimento, em um ver uma garça, mas por exemplo, dizer ‘vi uma ave branca’, deveria consistir em um reconhecimento diferenciado. De qualquer forma, esses enunciados deveriam consistir em perceber, de diversos modos, características “similares a algo notado (e geralmente nomeado) em alguma ocasião anterior em nossa experiência” (p. 92).

É deste modo que Austin (1946/1980) começa a elaborar aquilo que terá plena sustentação na obra *Sentido e Percepção*, de 1962 (Austin, 1962/2004), qual seja, a relação entre percepção e linguagem e, por isso, entre linguagem e corpo. Observe-se esta relação no seguinte trecho de Austin (1962/2004). “Imaginemos que olho por um telescópio e me perguntam: ‘O que você está vendo?’ Posso responder que vejo ‘uma mancha brilhante’; ‘uma estrela’; ‘Sirius’; ‘a imagem no décimo quarto espelho do telescópio’” (p. 105).

Deste modo não há um modo ‘correto’ de perceber ou dizer aquilo que é percebido, no sentido de que não é a coisa que se revela aos nossos sentidos e nos obriga a percebê-la ou nomeá-la de um modo particular e necessário. Não é possível delimitar superfícies ou fronteiras, quaisquer que sejam elas e, por isso, nenhuma diferença pode ser estabelecida entre o ver, observar ou conhecer e um mundo que é visto, observado ou conhecido. O que é percebido vai depender das circunstâncias, das condições, de sua relação com a história etc. Não há apenas formas diferentes de dizer o que é visto, mas também, uma mesma coisa pode ser vista de diferentes modos.

Segundo Skinner (1974/1993), “as pessoas vêm coisas diferentes quando estiveram expostas a diferentes contingências de reforço” (p. 88). Para aquelas teorias que afirmam que a mente ou o cérebro usa os dados ou traços, Skinner responde de uma maneira bastante coerente. Diz ele: “afirma-se que o cérebro usa dados, faz hipóteses, escolhas etc., como se dizia outrora do espírito. Numa descrição behaviorista, é a pessoa que faz essas coisas” (p. 86). A partir disso, segue com uma ironia irresistível. “Aqueles que creditam vermos cópias do mundo podem sustentar que nunca vemos o próprio mundo... é pelo menos igualmente plausível, porém, dizer que nunca vemos outra coisa” (Skinner, 1974/1993, p. 89).

Tanto para Skinner como para Austin, o importante é tentar compreender de que modo o sujeito mantém relações diferenciadas com as diversas parcelas da realidade (objetos). Em outras palavras, compreender de que modo o sujeito responde a diferen-

ciadas parcelas de diferenciados modos (lembre-se do exemplo do telescópio), sem que com isso, tenha armazenado algo, mas sim, tenha constituído tais respostas a partir daquelas redes de significação. Isto implica dizer que elas não constituem algo inteiramente do próprio sujeito, nem inteiramente do mundo empírico, nem das palavras e seus significados dicionarizados, mas, sobretudo, das condições (históricas e atuais) em que estas respostas se dão.

A partir do ponto de vista de que o problema do conhecimento (entendendo este como relação comportamental) está circunscrito às interações e estas, por sua vez, são determinadas por redes de significação sob forma de contingências de reforço não há como operar com este problema tendo como base a criação de um mundo diferente daquele que dispõe tais contingências, seja ele mental, transcendental ou de qualquer outro tipo. Relacionamos-nos com as diversas parcelas diferenciadas (possíveis configurações) da realidade. E a própria diferenciação já é um modo de relação determinado por todo um conjunto de fatores históricos.

No que diz respeito a essas parcelas diferenciadas, uma questão levantada e discutida por vários autores é o problema da referência. Grosso modo, esse problema está ligado à noção de significado, pois dizer que o significado, em alguma teoria, se identifica a isso ou aquilo é justamente apontar o referente e, por consequência, apontar o lugar onde se impõe a visão de mundo e o modo como é tratada a relação linguagem e realidade. Por exemplo, diz-se que na teoria referencial o significado está identificado ao referente, ou seja, à coisa a que um enunciado se refere. O significado da palavra casa é o objeto casa. Na teoria da cópia, mais especificamente, a teoria dos dados dos sentidos elaborada pelos empiristas britânicos e que encontra expressão em diversas teorias contemporâneas, o significado da palavra casa seria a idéia que se tem de casa, ou seja, refere-se à idéia. É fácil perceber, no que toca à noção de referência e significado, a diferença entre essas teorias e a elaboração dos autores aqui discutidos. Enquanto os primeiros conservam uma relação biúnivoca entre linguagem e realidade, os últimos subvertem tal relação e a tecem (incluindo a casa) a partir daquelas redes de significação, a partir das necessidades, interesses, práticas etc. e especificamente daquilo que é apreendido ou compreendido em um momento atual de *interação*.

É como resultado de contingências de reforçamento e sob controle diferencial de estímulos aí dispostos que a forma de uma resposta verbal assume a relação a qual chamamos ‘referência’, isto é, “a presença de um dado estímulo aumenta a probabilidade de ocorrência de uma determinada forma de resposta” (Skinner, 1957/1992, p. 108). Segundo Tourinho (1994), “a resposta ‘livro’ corresponde ao objeto livro apenas no sentido de que é adquirida e mantida contingentemente à presença de estímulos relacionados ao objeto livro” (p. 168). O significado da resposta ‘livro’ nesse caso não é o

objeto livro, nem a idéia que se possa ter do livro, mas as diversas condições e efeitos que possibilitaram diferenciar tal objeto, nomeá-lo e ainda, manter esse ou aquele modo de relação na presença de estímulos contingentes ao objeto livro. Observe que se a resposta for, por exemplo, “esse livro é meu” ou “me empreste seu livro de matemática” o significado destas respostas difere bastante (caso sejam mesmo funcionalmente diferentes. Lembre-se da discussão sobre classes de respostas). Um indivíduo pode manter relações específicas com as propriedades diferenciadas para o objeto nomeado de livro, ou seja, estar em condições de reconhecer tal objeto como livro (remeto o leitor ao jogo de perguntas e respostas elaborado por Austin) etc., porém, isso pode não ser suficiente para que ele *compreenda* o significado (que é diferente) de “me empreste o seu livro de matemática” que por sua vez, requer condições outras e por isso, *acesso* a essas condições.

Deste modo, Skinner (1957/1992), coloca a questão da referência, assim como a análise do significado, no âmbito das interações. Vejamos o que afirma Skinner (1989/1995) sobre a interação entre falantes e ouvintes.

*Os falantes não apreendem o mundo e o descrevem em palavras, eles respondem ao mundo, dependendo das maneiras como as respostas foram modeladas e mantidas por contingências especiais de reforçamento. Os ouvintes não extraem informação ou conhecimento das palavras, compondo cópias de segunda mão sobre o mundo; eles respondem aos estímulos verbais segundo as maneiras com que foram modelados e mantidos por outras contingências de reforçamento* (Skinner, 1989/1995, pp. 53-54, itálicos acrescentados).

Apesar de esta citação oferecer o termo outras contingências, é necessário esclarecer que para que haja, em uma rede de significação, uma dada interação entre falantes e ouvintes, é imperativo que haja contingências entrelaçadas. Sendo assim, cada um responderá de um modo particular, dependendo de sua história ambiental, sempre a partir de uma base que seja comum a eles. Como se trata de comportamento verbal essa base comum deve ser encontrada e analisada na diversidade das contingências sócio-culturais.

Segundo Austin (1962/1990), “a referência depende do conhecimento que se tem ao emitir o proferimento” (p. 119). Essa citação pode sugerir que a referência dependa mais do falante do que do ouvinte, mas no decorrer de sua argumentação, fica claro que Austin submete a questão da referência à interação entre os interlocutores, e mais especificamente, àquilo que é assegurado entre eles na interação, ou seja, à noção de apreensão (*uptake*).

É interessante apenas esclarecer que mesmo que algo seja assegurado entre os interlocutores, como por exemplo, que o ouvinte compreenda o significado da ação do falante (sua força ilocucionária) e por isso emita ou não ações necessárias para a realização daquela relação, cada um vai reconhecê-lo (o assegurado) de um modo particular. Isso sugere que a apreensão (*uptake*) é um momento contínuo de encontro/desencontro entre os interlocutores. Esse jogo de encontro e desencontro tem expressão na obra de Austin com a diferença, estabelecida por ele (1962/1990), entre sentido e referência. A referência diz respeito ao encontro, ou seja, ao que está assegurado naquela interação e, de fato, é o que, por meio de um conjunto compartilhado de contingências entrelaçadas por uma comunidade verbal, estabelece e mantém as interações no contexto das práticas lingüísticas. O sentido diz respeito ao desencontro, o que cada um atribui ao que foi assegurado por uma história particular nesse emaranhado de hábitos, práticas e jogos lingüísticos instituídos em uma dada cultura.

A partir do exposto, fica claro que tanto em uma visão performativa da linguagem como na análise funcional do comportamento verbal, há um deslocamento da questão da referência, que não se encontra mais alocada estritamente na condição constatativa da linguagem, mas se encontra, assim como a análise do significado e, consequentemente, a relação entre sujeito e objeto do conhecimento, nas condições (incluindo os efeitos) dos atos, das relações e, sobretudo, no acesso, ou o (re)conhecimento por parte dos interlocutores dessas condições. Isto implica dizer que este conjunto de questões discutidas, estando atrelado aos estudos da linguagem, deve ser analisado no contexto das relações interpessoais.

### **A RELAÇÃO ENTRE ENUNCIADOS E O OBJETO DO CONHECIMENTO**

Austin (1946/1980) faz uma distinção entre, aparentemente, dois modos (ou jogos) de relações do homem com o mundo, o *conhecer e ter a crença de*. Segundo ele, “a ‘existência’ de sua alegada crença não é posta em dúvida, mas é posta em dúvida a ‘existência’ de seu alegado conhecimento” (Austin, 1946/1980, p. 89). Essa distinção é justificada pelo fato de que não se duvida que alguém acredita conhecer algo, mas se esse alguém, de fato, conhece um determinado assunto, se esse alguém se encontra com as condições de conhecer. A questão da suficiência levantada pelo próprio Austin, parece reaproximar esses modos de relação. Vejamos como esta questão e a oposição entre tais modos se desenvolvem nos argumentos de Austin. Espera-se com isso encontrar, a partir da apresentação dos argumentos de Skinner sobre o mesmo problema, as condições em que essa oposição pode ser esclarecida de modo a propiciar, também, uma aproximação entre os dois autores no que refere tanto ao status dos diversos

enunciados e sua relação com o objeto do conhecimento quanto ao caráter pragmático e não representacional dos enunciados científicos.

Recorrendo àquele jogo de perguntas e repostas elaborado por Austin e ao que foi dito desde então, mesmo se responde uma daquelas questões ‘descrevendo’ algumas características da garça, ou segundo Austin (1946/1980), mesmo se “indico, ou até certo ponto exponho com algum grau de precisão, as características da situação que me capacitam a reconhecê-la como uma garça a ser descrita do modo como fiz” (p. 91), pode ainda ser contestado o fato de ser ou não uma garça (e sempre poderá – lembre-se da discussão sobre o nomear). Alguém pode afirmar que a garça não tem uma daquelas características, ou mesmo, que aquilo que “descrevi” sendo uma garça, não é uma garça, mas uma outra coisa.

Mesmo apresentadas as condições que me capacitam a dizer que é uma garça, alguém ainda pode dizer que tais condições não são suficientes para se acreditar que se trata mesmo de uma garça. Esse alguém pode concluir sua argumentação acrescentando alguma característica. Essa característica pode assegurar que não se trata de uma outra ave, mas de uma garça. Isto não quer dizer que haja alguma característica única e essencial, mas sempre arranjos de características (condições).

Tanto a disposição como a suficiência de tais arranjos, para um ou para outro, estão vinculadas às convenções de uma dada comunidade. A partir disso, um determinado arranjo de características só será possível, segundo Austin (1962/2004), a partir de um fundo generalizado de relações condicionais entre tais características. Se, nesse contexto, alguém afirmar que um dado arranjo é insuficiente para, no caso, se tratar de uma garça, será necessário que tenha, a partir de sua história em uma comunidade, diferenciado garças de outra forma. O mesmo será necessário para que este alguém afirme que estou enganado. Isto é, será necessário que o indivíduo discrimine o que é um engano e o que não o é para o caso.

Referindo-se aos argumentos de Wittgenstein, Lampreia (1992) lembra que toda “representação já se dá em um contexto que é lingüístico e que envolve uma ‘mitologia’ e as crenças de determinada cultura... diferentes mitologias e crenças irão levar a diferentes representações da realidade, logo, irão constituir diferentes realidades” (p. 281).

A oposição entre *conhecer* e *ter a crença de* não se sustenta, pois o que estaria sendo questionado, como na questão elaborada por Austin (1946/1980), seria, não apenas a crença de um indivíduo que acredita conhecer algo, mas todo um conjunto de crenças (uma mitologia) e seus desdobramentos na comunidade da qual este indivíduo faz parte.

Para nenhum dos autores, Skinner e Austin, faz sentido diferenciar conhecimento de crença, pois esta distinção é formulada originalmente no contexto de uma concepção

representacionista da relação entre o sujeito e objeto do conhecimento, entre o homem e a realidade. “Conhecimento”, para o representacionista, corresponderia a uma relação única, definitiva, de valor diferenciado por sua apreensão de propriedades essenciais da realidade, enquanto “crença” corresponde a uma relação contingente, limitada por constrangimentos humanos naturais ou culturais. Nesse contexto representacional de análise, a diferença entre “conhecimento” e “crença” mantém a diferença entre enunciados elementares (aqueles que estariam em uma relação projetiva, formal e verdadeira com a realidade das coisas) e os enunciados ordinários (aqueles que apresentariam apenas subprodutos de relações contingentes) (eg., Wittgenstein, 1987/1921), o que constitui a velha distinção entre aparência e essência, cabendo à apreensão da última o critério de validação do conhecimento verdadeiro.

Alguns trabalhos realizados trazem considerações relevantes sobre a identificação, no plano das proposições filosóficas, do behaviorismo radical e o neopragmatismo de Richard Rorty (eg., Tourinho, 1994), sobretudo, no que se refere à impossibilidade de uma suposta verdade absoluta e por isso de um discurso que subsista a partir de um conjunto de representações privilegiadas. Isso não quer dizer que qualquer coisa que se diga tenha o mesmo *valor* e *eficácia*, a partir de fins específicos, para uma dada comunidade. Os pragmatistas, segundo Rorty (2000), “não acreditam que haja um modo como as coisas realmente são. Por isso eles querem substituir a distinção entre aparência e realidade pela distinção entre descrições do mundo e de nós mesmos que são menos úteis, e descrições que são mais úteis” (p. 27).

No caso de uma comunidade verbal científica, onde, segundo Skinner (1957/1992), é encorajado o “controle preciso do estímulo sob o qual um objeto ou propriedade de um objeto é identificado ou caracterizado, de tal forma que a ação prática será mais eficaz” (p. 419), um enunciado será verdadeiro ou não dependendo do que venha propiciar a partir de critérios funcionais. Ou seja, validar um conhecimento reside justamente naquilo que enunciados, oriundos desta comunidade específica, propiciam em termos de *interação* efetiva entre o sujeito e parcelas específicas da realidade (eg., Endemann & Tourinho, no prelo; Tourinho, 1994) e, ainda, segundo Tourinho (1994), “do que preserva de outras crenças/regras provadas úteis aos indivíduos” (p. 190). A noção de verdade, nesse caso, não mais se identifica a uma realidade essencialmente representada e validada por seu caráter universal e necessário, como o era na visão representacionista, mas apenas a uma entre outras condições necessárias para produzir determinados efeitos, efeitos estes que se articulam com a validação do conhecimento.

Deste modo, nenhuma diferença deve ser estabelecida entre “crença” e “conhecimento”, sobretudo, no que se refere a acuidades de representações reveladas por dois modos distintos de o homem se relacionar no mundo, um modo leigo, *senso*

*comum* (crenças) e outro científico ou filosófico (conhecimento) no qual o cientista ou o filósofo entraria em contato com alguma essência do mundo inacessível ao primeiro modo. O que pode haver é o fato de determinados enunciados propiciarem (enquanto ‘regras para a ação’) relações diferenciadas e mais eficazes diante de parcelas específicas da realidade (objeto).

Igualmente como na discussão levantada sobre a noção de conhecimento e sobre a relação entre sujeito e objeto, os diversos enunciados não devem ser entendidos a partir de uma relação de referência (como no modelo clássico/referencial) com o objeto (assim como este sendo o significado daquele), mas sim, a partir das diversas possibilidades de configuração da realidade (redes de significação) por meio de contingências dispostas por uma comunidade verbal e, ainda, no entrelaçamento destas contingências que atuam em um momento presente de interação e que possibilita, diante de certas condições e o acesso a essas condições, a discussão sobre enunciados mais ou menos eficazes.

## CONSIDERAÇÃO FINAL

O presente artigo dá continuidade a uma análise das proposições de B. F. Skinner e J. L. Austin acerca da linguagem (cf. Endemann & Tourinho, no prelo). Este trabalho parte do movimento na filosofia designado como virada lingüística e aponta alguns aspectos particulares da oposição entre representacionismo e anti-representacionismo para focalizar possíveis interlocuções entre uma interpretação comportamental em psicologia e uma abordagem não representacionista na filosofia contemporânea da linguagem (filosofia analítica). Essa interlocução, no que diz respeito à questão do conhecimento humano e sua relação com a linguagem, teve como base o posicionamento dos autores em acordo com uma tradição anti-representacionista.

## REFERÊNCIAS

- Abib, J. A. D. (1994). O contextualismo do comportamento verbal: A teoria skinneriana do significado e sua crítica ao conceito de referência. *Psicologia: Teoria e Pesquisa*, 10(3), 473–487.
- Araújo, I. L. (2004). A natureza do conhecimento após a virada lingüístico-pragmática. *Revista de filosofia*, 16(18), 103-137. Curitiba.
- Austin, J. L. (1946/1980). *Outras mentes. Coleção Os Pensadores* (87-113). São Paulo, Victor Civita.
- Austin, J. L. (1962/1990). *Quando dizer é fazer: Palavras e ação*. (Trad. Danilo Marcondes de Souza Filho). Porto Alegre, Artes Médicas.
- Austin, J. L. (1958/1998). Performativo-constatativo. (Trad. Paulo Ottoni). *Em Visão performativa da linguagem* (109-121). Campinas, editora da Unicamp.
- Austin, J. L. (1962/2004). *Sentido e percepção*. (Trad. Armando Manuel Mora de Oliveira). São Paulo, Martins Fontes.

- Baptista, Q. G. (2001). *Compreensão de leitura na análise do comportamento*. Tese de doutorado. São Carlos: Universidade Federal de São Carlos.
- Day, W. F. (1969). On certain similarities between the Philosophical Investigations of Ludwig Wittgenstein and the Operationism of B. F. Skinner. *Journal Experimental Analysis of Behavior*, 12(3), 489-506.
- Endemann P., & Tourinho E. Z. (No prelo). Linguagem e instituições sociais: em Skinner e Austin. *Acta Comportamentalia* 15(2), 207-228.
- Hacker, P. M. S. (1997/1999). *Wittgenstein: Sobre a natureza humana*. Coleção Grandes Filósofos. São Paulo: Unesp.
- Lampreia, C. (1992). *As propostas anti-mentalistas no desenvolvimento cognitivo: Uma discussão de seus limites*. Tese de doutorado: Rio de Janeiro. Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro.
- Miles, T. R. (1994). Ordinary language: The contributions of Gilbert Ryle and John Austin to the Experimental Analysis of Behavior. *The Behavior Analyst*, 17(1), 25-33.
- Ottoni, P. (1998). *Visão performativa da linguagem*. Coleção Viagens da voz. Campinas: Ed. UNICAMP.
- Ottoni, P. (2002). John Langshaw Austin e a visão performativa da linguagem. *Documentação de Estudos em Lingüística Teórica e Aplicada*, 18(1), 117-143.
- Roche, B. & Barnes-Holmes, D. (2003). Behavior Analysis and Social Constructionism: Some points of contact and departure. *The Behavior Analyst*, 26(2), 215-231.
- Rorty, R. (2000). *Verdade sem correspondência com a realidade*. Em: Pragmatismo: A filosofia da criação e da mudança. Organizadores: Cristina Magro e Antônio Marcos Pereira. Belo Horizonte. Ed. UFMG.
- Skinner, B.F. (1957/1992). *Verbal behavior*. New Jersey: Englewood Cliffs.
- Skinner, B. F. (1969). *Contingencies of reinforcement: A theoretical analysis*. New York: Appleton-Century-Crofts.
- Skinner, B.F. (1993). *About behaviorism*. London: Penguin Books. Publicado originalmente em 1974.
- Skinner, B.F. (1995). *Questões recentes na análise do comportamento*. (Trad. Anita Liberalesso Néri). Campinas: Papirus.
- Souza Filho, D. M. de. (1992). *Filosofia, linguagem e comunicação*. São Paulo: Cortez.
- Souza Filho, D. M. de. (2004). *Filosofia Analítica*. Coleção Filosofia - passo-a-passo 45. Rio de Janeiro: J.Z.E.
- Tourinho, E. Z. (1994). *Behaviorismo radical, representacionismo e pragmatismo: Uma discussão epistemológica do pensamento de B. F. Skinner*. Tese de Doutorado: São Paulo. Universidade de São Paulo.
- Tourinho, E. Z. (2003). A produção de conhecimento em psicologia: A análise do comportamento. *Psicologia Ciência e Profissão*, 23(2) 30 – 41.
- Tourinho, E. Z. (2006). Relações comportamentais como objeto da psicologia: algumas implicações. *Interação em Psicologia*, 10(1), 1-8.
- Wittgenstein, L. (1921/1987). *Tractatus Lógico-philosophicus*. Em Wittgenstein, L. tratado lógico-Filosófico / Investigações Filosóficas (pp.25-142). (Trad. M. S. Lourenço). Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian. Publicado originalmente em 1921.
- Wittgenstein, L. (1953/1988). *Philosophical investigations*, (3ª edição. Trad. G. E. M. Auscombe). Oxford: Blackweel.

## RESUMO

Os problemas do conhecimento humano e sua relação com a linguagem, objetos clássicos da análise filosófica, receberam no final do século XIX e ao longo do século XX um tratamento original no pensamento

moderno, com a chamada virada lingüística também designada de giro lingüístico (ou giro lingüístico-pragmático, a partir de meados do século XX), que destacava as dimensões lingüísticas dos problemas aos quais a reflexão epistemológica então se voltava. A linguagem assumiu, então, um papel primordial nas elaborações dos filósofos, cientistas etc. Esta virada constituiu o contexto teórico do presente trabalho, que teve por objetivo analisar as concepções de B. F. Skinner e J. L. Austin acerca do conhecimento humano, especificando: a) os conceitos e princípios envolvidos; b) a articulação com a questão da linguagem; e c) as condições de aproximação e distanciamento entre as elaborações dos referidos autores. Para isso o trabalho foi orientado por dois conjuntos de referências conceituais. O primeiro constituído pelo behaviorismo radical de B. F. Skinner, o segundo pela filosofia analítica, a partir de L. Wittgenstein e da análise da linguagem ordinária encontrada na teoria dos atos de fala de Austin. Um primeiro aspecto discutido ao longo do trabalho refere-se à aproximação de Skinner e Austin a uma tradição anti-representacionista em filosofia. A partir desta aproximação são discutidas a relação linguagem e realidade, a problemática do conhecer e a relação entre sujeito e objeto do conhecimento, tomando-se como referência a oposição (de Skinner e Austin) à teoria da cópia.

Palavras-chave: linguagem, conhecimento, relação sujeito e objeto do conhecimento.

## ABSTRACT

The problems of human knowledge and its relationship with language, both traditional matters of philosophical analysis, have received by the end of the 19th century and along the 20th century, an original treatment in the modern thought, as result of the so-called linguistic turn (also named pragmatic linguistic turn), which highlighted the linguistic dimensions of the problems to which epistemology turned. Language has been assigned a fundamental role by philosophers, scientists and so on. This turn represents the theoretical context of this paper, which aims to analyze the conceptions of B. F. Skinner and J. L. Austin about human knowledge, in particular: (a) the concepts and principles involved; (b) their relation to language; and (c) the compatibilities between these authors. The paper was guided by two sets of conceptual references. The first one was B. F. Skinner's radical behaviorism, and the second one was the analytic philosophy, from the standpoint of Wittgenstein's work and Austin's speech acts theory. The first point discussed is Skinner's and Austin's commitment to an anti-representationist tradition in philosophy. In addition, the paper discusses the relation between language and reality, knowledge, and the relation between subject and object of knowledge.

Key words: language, knowledge, relation between subject and object of knowledge.